

Reajuste alto gera protestos

Doze pais de alunos de pré-escolar à 8ª série do 1º grau do Instituto de Educação Integral (Inei) iniciaram ontem, com o auxílio da Ordem dos Advogados do Brasil — seção DF, uma campanha em favor da revogação da Portaria 140 do Ministério da Fazenda. A portaria revigorou os artigos 1º e 2º do Decreto 95.921 do Ministério da Educação, que determinou o regime de “liberdade vigiada” nas escolas. Pelo decreto, as instituições de ensino podem fixar suas mensalidades de acordo com os custos, obtendo a margem de 10% de lucro.

Os pais estão revoltados com o índice de reajuste apresentado pela diretoria do Inei para o mês de julho, que é de 192,28%. Alguns prometem retirar seus filhos da escola caso não haja a revisão dos preços. Na reunião de ontem, realizada no auditório da OAB, ficou definida a realização de uma carta de protesto que será entregue ao ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega e a parlamentares do Congresso Nacional.

O documento, que será acompanhado de um abaixo-assinado, demonstrará “o repúdio da comunidade pelo reajuste indiscriminado das mensalidades, reivindicando a elaboração de novas regras de reajuste das mensalidades com a participação de representantes do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) e dos pais”.

A idéia, segundo o auditor do Banco do Brasil, Geraldo Teixeira, um dos organizadores do movimento, “é fazer com que pais de outras escolas se unam aos do Inei para tentar a revogação da portaria. Ele afirma que a escola foi incorreta ao repassar para as mensalidades o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) de janeiro, que é de 70%.

O diretor do Inei, Aluísio Pacheco de Brito, explicou o reajuste de 193,28% na mensalidade afirmando que “o IPC é apenas parâmetro básico para a correção e que na realidade é computada a inflação real do período (janeiro a junho) incluindo o aumento dado aos professores. “O custo de vida subiu cerca de 175% e para sobreviver as escolas têm que se pautar por este índice”, disse.